26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação

MUSEOLOGIA COMUNITÁRIA NO CARIRI CEARENSE: CURADORIA PARTICIPATIVA E PRÁTICAS EDUCATIVAS

COMMUNITY MUSEOLOGY IN THE CARIRI REGION OF CEARÁ: *PARTICIPATORY CURATION AND EDUCATIONAL PRACTICES*

Thiago Giordano de Souza Siqueira – Universidade Federal do Cariri (UFCA)
Priscilla Régis Cunha de Queiroz – Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A museologia comunitária tem ampliado as discussões sobre participação social, mediação cultural e democratização das narrativas patrimoniais, especialmente em contextos marcados por forte produção simbólica e vínculos territoriais. No Cariri cearense, experiências museológicas vinculadas à cultura popular, à memória social e aos saberes locais evidenciam formas participativas de preservação e comunicação do patrimônio cultural, nas quais os sujeitos comunitários assumem papel ativo na produção e circulação do conhecimento. Nesse contexto, o artigo analisa como práticas de curadoria participativa influenciam os processos educativos e a construção compartilhada do conhecimento em espaços museais comunitários. A pesquisa caracteriza-se como exploratório-descritiva, de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico e análise teórico-conceitual acerca da museologia comunitária, da curadoria participativa e das práticas educativas em museus. A discussão fundamenta-se na compreensão da curadoria como processo de enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial, enfatizando sua dimensão social, educativa e participativa. As análises indicam que experiências museológicas comunitárias do Cariri contribuem para ampliar os processos de mediação educativa, fortalecer a valorização dos saberes territorializados e promover formas colaborativas de construção de narrativas patrimoniais. Conclui-se que a curadoria participativa constitui importante estratégia de fortalecimento das práticas educativas e de de mocratização da memória em espaços museais comunitários.
Palavras-chave: museologia comunitária; curadoria participativa; educação museal; patrimônio cultural; Cariri cearense.

Abstract: Community museology has expanded discussions on social participation, cultural mediation and the democratization of heritage narratives, especially in contexts marked by strong symbolic production and territorial bonds. In the Cariri region of Ceará, museum experiences connected to popular culture, social memory and local knowledge reveal participatory forms of preserving and communicating cultural heritage, in which community subjects assume an active role in the production and circulation of knowledge. In this context, the article analyzes how participatory curation practices influence educational processes and the shared construction of knowledge in community museum spaces. Methodologically, the study is characterized as exploratory-descriptive research with a qualitative approach, developed through bibliographic survey and theoretical-conceptual analysis concerning community museology, participatory curation and educational practices in museums. The discussion is based on the understanding of curation as a process of framing, treatment and extroversion of heritage, emphasizing its social, educational and participatory dimensions. The analyses indicate that community museum experiences in Cariri contribute to expanding educational mediation processes, valuing territorialized knowledge and promoting collaborative forms of constructing heritage narratives. It is concluded that participatory curation may foster more dialogical educational practices and broaden social participation in the production and circulation of knowledge within community museum spaces.
Keywords: Community museology; participatory curation; museum education; cultural heritage; Cariri region of Ceará.

1 INTRODUÇÃO

A região do Cariri cearense caracteriza-se por intensa produção cultural, marcada por práticas religiosas, manifestações populares e saberes tradicionais que configuram um patrimônio cultural vivo. Elementos como as romarias, os saberes-fazeres tradicionais e as narrativas comunitárias constituem formas de memória social profundamente enraizadas no território, reforçando identidades coletivas e dinâmicas culturais próprias (Souza, 2015). Nesse contexto, tais expressões não apenas preservam o passado, mas também se configuram como relevantes dispositivos educativos, nos quais o conhecimento é construído de forma situada, relacional e compartilhada.

Apesar dessa riqueza cultural, muitas dessas expressões permanecem historicamente sub-representadas em instituições museológicas convencionais, evidenciando limites dos modelos curatoriais tradicionais, frequentemente centrados na autoridade institucional e na seleção técnica de acervos. Tal cenário reforça a necessidade de abordagens mais inclusivas e participativas, capazes de reconhecer os sujeitos sociais como protagonistas na produção de sentidos sobre o patrimônio cultural.

Nesse horizonte, a museologia comunitária desloca a centralidade das coleções para as relações sociais construídas em torno do patrimônio, favorecendo processos colaborativos de preservação, interpretação e comunicação das memórias (Chagas; Gouveia, 2014; Filipe,

2014). No Ceará, a Rede Cearense de Museus Comunitários expressa o fortalecimento de práticas orientadas pela participação social e pela apropriação comunitária do patrimônio (Gomes; Vieira, 2014). No Cariri, essas experiências articulam cultura popular, educação e desenvolvimento local, constituindo espaços de mediação cultural e de produção compartilhada de narrativas e sentidos sobre o patrimônio.

Experiências como a Casa da Memória de Porteiras e a Fundação Casa Grande evidenciam o potencial dos museus comunitários enquanto espaços educativos e de mediação cultural, capazes de problematizar questões sociais contemporâneas e promover processos de ressignificação da memória a partir das experiências dos próprios sujeitos sociais (Barbosa, 2021). Nessas iniciativas, observa-se que as narrativas museais são construídas de forma colaborativa, permitindo a incorporação de diferentes vozes, saberes e perspectivas aos processos de interpretação e comunicação do patrimônio.

Apesar da relevância dessas experiências, ainda são pouco sistematizadas as relações entre práticas curatoriais participativas, mediação educativa e construção compartilhada do conhecimento em contextos comunitários. Neste estudo, adota-se a concepção de Bruno (2008), que compreende a curadoria a partir dos processos de enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial, ampliando-a para além de procedimentos técnicos de seleção e exposição.

A partir dessa perspectiva, o artigo examina como práticas participativas em espaços museais comunitários se relacionam com processos educativos e com a produção, interpretação e circulação de narrativas patrimoniais.

A pesquisa orienta-se pela seguinte questão: como práticas participativas desenvolvidas em experiências de Museologias Comunitárias no Cariri cearense se articulam aos processos educativos e à construção compartilhada do conhecimento? A partir desse problema, o estudo tem como objetivo geral analisar as relações entre práticas participativas, processos educativos e construção compartilhada do conhecimento nessas experiências. Para isso, busca examinar a literatura sobre Museologias Comunitárias, práticas participativas e educação museal; discutir a concepção de curadoria de Bruno (2008), com ênfase nos processos de enquadramento, tratamento e extroversão; analisar as relações entre práticas participativas, mediação educativa e produção de narrativas patrimoniais; e identificar suas contribuições e desafios para a preservação da memória e a circulação de saberes comunitários.

O percurso analítico estrutura-se em quatro eixos principais. Inicialmente, discute-se o campo da museologia social e comunitária, enfatizando os deslocamentos teóricos que possibilitaram a ampliação do papel dos museus enquanto espaços de participação social, mediação cultural e produção compartilhada de narrativas patrimoniais. Em seguida, aborda-se a concepção de curadoria participativa a partir das contribuições de Maria Cristina Oliveira Bruno, especialmente no que se refere aos processos de enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial.

Posteriormente, analisa-se a relação entre curadoria participativa e processos educativos em espaços museais, buscando compreender como a participação dos sujeitos interfere nas dinâmicas de ensino-aprendizagem, mediação cultural e construção compartilhada do conhecimento. Por fim, articulam-se essas discussões às experiências de museologia comunitária desenvolvidas no Cariri cearense, considerando iniciativas que evidenciam práticas colaborativas de preservação da memória, produção de narrativas patrimoniais e circulação de saberes comunitários.

2 MUSEOLOGIA SOCIAL E COMUNITÁRIA: FUNDAMENTOS E DESLOCAMENTOS PARADIGMÁTICOS

O modelo museológico que predominou durante grande parte dos séculos XIX e XX estruturou-se em torno da posse, guarda e exibição de acervos. Nesse paradigma, o museu consolidou-se como instituição de autoridade cultural, responsável pela seleção, classificação e interpretação de objetos considerados representativos de valores históricos, científicos ou artísticos. O modelo custodial conferiu ao museu o poder de definir o que merece ser preservado e narrado, relegando à marginalidade expressões culturais e grupos sociais sub-representados nos cânones institucionais tradicionais.

A partir das décadas de 1960 e 1970, uma profunda reorientação tomou forma no campo museológico. Araújo (2013) situa historicamente esse movimento ao demonstrar como o modelo custodial e patrimonialista foi sendo progressivamente ampliado por perspectivas funcionais, críticas e construtivistas. O marco fundamental desse processo é a Mesa-Redonda de Santiago do Chile, 1972, que introduziu o conceito de museu integral como instrumento de transformação social. Na sequência, a Declaração de Quebec (1999) consolidou o movimento internacional da Nova Museologia, afirmando a centralidade da participação comunitária no fazer museológico.

A Nova Museologia operou uma reconfiguração profunda da linguagem conceitual do campo. Araújo (2013) sintetiza essa transformação ao demonstrar que o movimento defendeu a participação comunitária em oposição ao monólogo do especialista técnico, substituindo o tripé tradicional da Museologia (edifício, coleções e público) por uma nova rede conceitual estruturada em três eixos: território, patrimônio e comunidade.

Associado a essa reconfiguração conceitual, Araújo (2013, p. 24) destaca que a evolução teórica do campo conduziu a uma redefinição do próprio objeto da Museologia: da mesma forma que o objeto da Ciência Política não são as instituições políticas, mas "o político" enquanto dimensão da ação humana, "o objeto da Museologia não é o museu, a instituição, mas sim o museal, uma dimensão da ação humana presente nos mais diversos contextos". Essa transição, do museu para o museal, amplia decisivamente o escopo da museologia comunitária, reconhecendo qualquer espaço em que comunidades produzam, interpretem e compartilhem sentidos sobre seu patrimônio como campo legítimo de exercício museológico.

Nesse contexto, Varine-Bohan (2008) identifica uma família específica de instituições, denominada museus comunitários e ecomuseus, os quais, desde os anos 1970 buscaram criar, sobre territórios determinados, urbanos e rurais, dinâmicas culturais de desenvolvimento ligadas ao patrimônio local. Para esse autor, nesses museus os conceitos de "território" e "comunidade" são estruturantes, pois, é a própria comunidade que toma para si a responsabilidade pela gestão e interpretação do seu patrimônio, em lugar de delegar essa responsabilidade a especialistas externos.

A reflexão sobre a musealização aprofundou ainda mais esse deslocamento. Na perspectiva contemporânea sintetizada por Araújo (2013), a musealização é, antes de qualquer procedimento técnico, um processo simbólico: consiste em transformar objetos materiais e imateriais em legados históricos e testemunhos culturais. Essa decisão que, na museologia comunitária é tomada coletivamente pela própria comunidade.

Adicionalmente, Chagas (2011) contribui para o aprofundamento dessas questões ao formular uma compreensão do museu como dispositivo de mediação cultural. Segundo Chagas (2008), os museus, as memórias e os movimentos sociais estabelecem relações intrinsecamente articuladas: os museus configuram espaços de disputas simbólicas e de produção de narrativas sobre o passado e o presente. A museologia social, nessa perspectiva, desloca o eixo de interesse das coleções para as relações sociais que se constroem em torno do patrimônio, reconhecendo os sujeitos comunitários como protagonistas da produção de

sentidos culturais.

Filipe (2014) complementa esse quadro ao compreender o patrimônio como recurso a serviço do desenvolvimento local, abrangendo não apenas objetos tombados, mas o conjunto de recursos herdados pelas comunidades: saberes, práticas, memórias e territórios. Essa óptica ampliada conecta-se ao tripé território-patrimônio-comunidade da Nova Museologia (Araújo, 2013) e é fundamental para a museologia comunitária no contexto caririense.

A museologia comunitária, como expressão contemporânea da museologia social, promove processos colaborativos de preservação, interpretação e comunicação das memórias, nos quais os sujeitos sociais assumem papel ativo na definição dos acervos e das narrativas museais. No Ceará, a Rede Cearense de Museus Comunitários evidencia o fortalecimento de práticas museais orientadas pela participação social, pela valorização do cotidiano e pela apropriação comunitária do patrimônio cultural.

2.1 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E MUSEOLOGIA: CONVERGÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS

A compreensão das práticas museológicas comunitárias ganha profundidade analítica quando articulada às contribuições da Ciência da Informação (CI), especialmente no que concerne às convergências epistemológicas entre as duas áreas. Araújo (2013) mapeia sistematicamente a evolução teórica paralela da Museologia e da CI, identificando o terreno conceitual onde as duas disciplinas se encontram de forma mais fecunda.

Na síntese de Araújo (2013, p. 23), as pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas pela CI evidenciaram o "[...] caráter essencialmente contextual e intersubjetivo dos fenômenos informacionais". Essa dimensão intersubjetiva articula-se diretamente com a evolução teórica da Museologia: ao se deslocar do paradigma custodial para as perspectivas do museal, a Museologia contemporânea também passou a compreender os fenômenos museológicos como processos contextuais e intersubjetivos. Essa convergência de trajetórias é o que fundamenta o diálogo entre as duas áreas.

Nessa linha de considerações, Chagas (2011) oferece uma formulação que conecta esse reconhecimento epistemológico à prática museológica concreta. O autor defende que é necessário compreender os museus como práticas sociais e centros de interpretação, o que permite entendê-los como campos estruturados por relações objetivas, subjetivas e intersubjetivas. Isso posto, pensar os museus como espaço de relações significa aceitar sua dimensão humana, sua condição de casa do homem em construção permanente e,

consequentemente, seu estado de tensão contínua (Chagas, 2011). Essa caracterização dos museus como 'campos de relações subjetivas e intersubjetivas' ecoa diretamente a perspectiva pragmática da CI identificada por Araújo (2013) o sentido informacional não emerge do objeto isolado, nem do sujeito isolado, mas dos processos de interação entre diferentes atores em contextos sócio-históricos específicos. Nos museus comunitários, esse processo relacional é constitutivo: os sentidos patrimoniais são produzidos na interação entre comunidade, patrimônio e território.

Araújo (2013), por sua vez, articula o ponto de encontro mais preciso entre as duas áreas a partir do conceito de informação como ação humana. Referindo-se ao trabalho de Capurro (2009 *apud* Araújo, 2013), estabelece que informação significa “dar forma a algo”, o que inclui produzir registros que constituem novos objetos e criar ainda registros destes registros (catálogos, índices, inventários entre outros). Essa compreensão do informar como ação humana ilumina os processos museológicos: colecionar, documentar, interpretar e comunicar o patrimônio são formas de informar, de dar forma simbólica à experiência humana.

Sob esse diapasão, a confluência epistemológica permite compreender que os museus comunitários são espaços onde o ato de informar, produzir e fazer circular registros do conhecimento social (Araújo, 2013; 2014). E o ato de se informar é o ato de apropriar-se desses registros para a construção de identidades e narrativas patrimoniais. Isto é, ocorrem de forma integrada, participativa e territorialmente situada.

2.2 CURADORIA PARTICIPATIVA: ENQUADRAMENTO, TRATAMENTO E EXTROVERSÃO DA HERANÇA PATRIMONIAL

A compreensão de curadoria adotada neste estudo ancora-se na perspectiva de Bruno (2008), que a define como o conjunto de processos de enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial. Essa concepção opera uma ampliação significativa do entendimento técnico tradicional de curadoria para compreendê-la como processo social de mediação cultural e produção de sentidos.

Bruno, Fonseca e Neves (2008) aportam fundamento epistemológico a essa compreensão ao recuperar o pensamento de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, marco da Museologia brasileira. Na produção de Waldisa, a “ação educativa e cultural” é uma forma específica de “comunicação museológica” que, “[...] por sua especificidade e interações com

a Educação [...] já se constitui em sub-domínio [*sic*] da Museografia" (Bruno; Fonseca; Neves, 2008, p. 31-32). Mais fundamentalmente, para Waldisa, a curadoria é compreendida pela "[...] identificação, documentação e coleta de acervo e seu acompanhamento", é inseparável da função político-social do museu: "[...] a preservação do patrimônio cultural é um ato e um fato político" (Bruno; Fonseca; Neves, 2008, p. 32), o que implica que os profissionais de museus atuem como trabalhadores sociais comprometidos com processos de mudança.

Cândido (2008, p. 56) sintetiza a tradição museológica brasileira ao recuperar a tríade conceitual proposta por Waldisa Rússio: o "fato museal" como a relação entre Homem (público/sociedade), Objeto (coleção/patrimônio) e Cenário (museu/território). A amplitude atribuída a cada um desses vértices perpassa pela expansão do "museu" para "território" e "público" para "sociedade", e assim define o alcance e a responsabilidade social da prática museológica. Na museologia comunitária, essa tríade se realiza de forma participativa: é a própria comunidade que ocupa simultaneamente os três vértices, como sujeito social (Homem), depositária do patrimônio (Objeto) e habitante do território (Cenário).

O enquadramento corresponde ao processo pelo qual bens, práticas ou memórias são reconhecidos como patrimônio e incorporados ao campo museológico. Em contextos comunitários, o enquadramento é expressão direta do que Araújo (2013) identifica como a redefinição do objeto da Museologia para o museal: porque esse objeto permeia os mais diversos contextos da ação humana, o enquadramento pode ser exercido pelas próprias comunidades em relação ao seu patrimônio cotidiano, oral e imaterial.

O tratamento abrange os processos de pesquisa, documentação, conservação e interpretação dos bens patrimoniais. Na museologia comunitária participativa, o tratamento incorpora os saberes e perspectivas dos próprios detentores das práticas culturais. Essa dimensão conecta-se ao modelo pragmático descrito por Araújo (2013; 2014): o tratamento curatorial participativo é, em essência, um ato intersubjetivo de produção informacional, no qual os significados são construídos coletivamente expressando o "[...] caráter essencialmente contextual e intersubjetivo dos fenômenos informacionais" (Araújo, 2013, p. 23).

A extroversão corresponde à comunicação e difusão do patrimônio para diferentes públicos. Nos museus comunitários, ela assume caráter educativo e político, isto é, não se limita à exposição passiva de objetos, mas promove processos dialógicos de construção compartilhada do conhecimento. Articula-se ao que Araújo (2013, 2014) denomina ato de se informar: a extroversão curatorial cria as condições para que os sujeitos sociais se apropriem

dos registros do conhecimento comunitário e os reinterpreta à luz de suas experiências.

Em contextos de museologia comunitária, os três processos descritos por Bruno (2008) adquirem dimensão participativa quando os sujeitos sociais se tornam agentes ativos do enquadramento, tratamento e extroversão do seu patrimônio. Nessa configuração, a curadoria transforma-se em processo coletivo de produção de sentidos, mediação cultural e construção compartilhada da memória social. Sendo esse o espaço de diálogo mais fecundo entre Museologia e CI identificado por Araújo (2013).

2.3 PRÁTICAS EDUCATIVAS EM MUSEUS: MEDIAÇÃO CULTURAL E CONSTRUÇÃO COLABORATIVA DO CONHECIMENTO

A dimensão educativa constitui um dos eixos estruturantes dos museus comunitários. O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM, 2018) reconhece, por meio do Caderno da Política Nacional de Educação Museal, que a educação museal envolve processos de ensino-aprendizagem que ultrapassam os limites formais da escola. Essa política orienta a compreensão de que a educação em museus deve ser concebida como prática dialógica, participativa e comprometida com a diversidade cultural e social dos públicos.

Em contextos de museologia comunitária, as práticas educativas incorporam os sujeitos sociais não apenas como receptores, mas como produtores ativos do conhecimento museal. A mediação cultural, nessa perspectiva, não se restringe à transmissão de informações sobre objetos, mas promove processos de reflexão, ressignificação e construção coletiva de narrativas sobre o patrimônio. Essa concepção aproxima-se do que Araújo (2013, 2014) denomina ato de se informar: a apropriação coletiva dos registros do conhecimento comunitário como experiência ativa de construção de sentidos.

A articulação entre curadoria participativa e práticas educativas em museus comunitários configura um campo fértil para a produção e circulação de saberes territorializados, fortalecendo os processos de identificação comunitária e de valorização das memórias locais. Nos museus comunitários do Cariri, essa articulação assume relevância particular ao promover a incorporação de saberes tradicionais, narrativas orais e práticas culturais como conteúdos legítimos dos processos de mediação educativa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como exploratório-descritiva, de abordagem qualitativa, desenvolvida mediante levantamento bibliográfico e análise teórico-conceitual acerca da

museologia comunitária, da curadoria participativa e das práticas educativas em contextos museais comunitários.

A escolha pela abordagem qualitativa decorre da necessidade de compreender as dimensões simbólicas, culturais e educativas presentes nas práticas curatoriais participativas, considerando os processos de construção de sentidos, mediação cultural e circulação de saberes desenvolvidos em experiências de museologia comunitária. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com universos de significados, valores e relações sociais que não podem ser reduzidos a variáveis quantitativas, sendo particularmente adequada para investigações voltadas à compreensão de fenômenos socioculturais complexos.

O caráter exploratório da pesquisa justifica-se pela necessidade de aprofundamento teórico acerca das relações entre curadoria participativa, mediação educativa e construção compartilhada do conhecimento em espaços museais comunitários, temática ainda pouco sistematizada no contexto da museologia social brasileira. Já a dimensão descritiva permite identificar características, práticas e elementos constitutivos das experiências museológicas analisadas, contribuindo para a compreensão de seus processos educativos e curatoriais.

O levantamento bibliográfico fundamenta-se em produções científicas do campo da museologia social, da educação museal e da curadoria participativa, priorizando autores que discutem participação social, patrimônio cultural, mediação educativa e democratização das narrativas museais. Entre os referenciais mobilizados destacam-se as contribuições de Chagas (2008), Filipe (2014) e Bruno (2008), especialmente no que se refere à compreensão da curadoria enquanto processo de enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial.

A análise teórico-conceitual orienta-se pela interpretação crítica das relações entre práticas curatoriais participativas e processos educativos em espaços museais comunitários, considerando experiências desenvolvidas no Cariri cearense como referências analíticas para discussão das formas de construção compartilhada do conhecimento, circulação de saberes locais e mediação cultural do patrimônio.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica e documental das experiências selecionadas no Cariri cearense evidencia que a relação entre museologia comunitária, participação e informação não pode ser reduzida à adoção de procedimentos curatoriais colaborativos. Trata-se, de maneira mais

ampla, de compreender como diferentes sujeitos participam dos processos pelos quais determinadas referências culturais são identificadas, selecionadas, registradas, organizadas, interpretadas e colocadas em circulação. Nesse sentido, a Casa da Memória de Porteiras e a Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri oferecem configurações distintas para examinar as relações entre comunidade, território, patrimônio e informação.

Essa distinção é relevante à luz da perspectiva das Museologias Comunitárias, no plural. Britto e Santos Júnior (2018), ao recuperarem as contribuições de Hugues de Varine, evidenciam a pluralidade das experiências museológicas vinculadas às comunidades e aos territórios. Mais recentemente, Britto (2025) problematiza a possibilidade de estabelecer uma definição universal de museu comunitário, chamando atenção para os riscos de enquadrar experiências heterogêneas em um modelo único.

Em vez de buscar uma tipologia capaz de determinar previamente o que é ou não comunitário, essa perspectiva permite observar os processos museológicos em suas diferentes formas de organização, participação, pertencimento, negociação e relação com os territórios. Para Britto (2025), essas experiências devem ser compreendidas em seus movimentos de adaptação, reinvenção e fricção, reconhecendo-se que as configurações comunitárias variam conforme os sujeitos, as demandas e as circunstâncias em que são produzidas.

Esse ponto de vista permite qualificar também o diálogo com a CI sob a ótica de Britto (2023) quando situa Museologia e CI como campos distintos que compartilham determinadas questões e objetos, sem reduzir a Museologia à dimensão informacional ou conceber a CI como campo hierarquicamente integrador. A aproximação ocorre, entre outros aspectos, nos problemas relacionados à produção, organização, comunicação e disponibilização da informação em museus e processos museais. Essa compreensão é particularmente produtiva para as Museologias Comunitárias porque permite investigar não apenas os produtos informacionais resultantes da musealização, mas os sujeitos, as relações e as negociações por meio das quais determinados conhecimentos e referências culturais são reconhecidos como significativos.

Do ponto de vista epistemológico, portanto, as experiências analisadas possibilitam observar aquilo que Araújo (2013, p. 25) caracteriza como a “dimensão informacional envolvida nas práticas museológicas”, mas exigem que essa dimensão seja considerada em articulação com as especificidades do campo museológico. Se o museal pode ser

compreendido como uma dimensão da ação humana presente em diferentes contextos (Araújo, 2013), a perspectiva proposta por Britto (2023) acrescenta que o diálogo entre Museologia e CI deve ocorrer de maneira relacional e não subordinada.

Nesse sentido, práticas de memória, objetos, documentos, narrativas orais, fotografias, registros audiovisuais, saberes e fazeres não constituem informação de modo automático. Seu ingresso nos processos museológicos resulta de operações de atribuição de valor, seleção, contextualização, registro e comunicação.

A musealização pode ser compreendida como um processo seletivo e infocomunicacional. Na sistematização de Britto (2023), a partir de Guarnieri, Brulon, Meneses e Loureiro, musealizar envolve atribuir valor documental a determinados referentes e inseri-los em processos de preservação, pesquisa e comunicação. Seleção, ordenação e classificação participam, assim, da construção das narrativas museais. Interessa, portanto, compreender não apenas o que é musealizado, mas quem participa dessas escolhas, segundo quais critérios e com que possibilidades de interferência nas narrativas produzidas.

Nesse cenário, os movimentos de enquadramento, tratamento e extroversão propostos por Bruno (2008) ultrapassam procedimentos técnicos: envolvem, respectivamente, o reconhecimento das referências patrimoniais, sua documentação e interpretação e sua comunicação.

No âmbito das Museologias Comunitárias, importa observar como e em que medida as comunidades participam desses processos. Por isso, neste estudo, adota-se a expressão práticas participativas de musealização, documentação e mediação, reservando “curadoria participativa” às situações em que a participação compartilhada nas decisões curatoriais possa ser efetivamente demonstrada.

Essa precaução também impede que a participação comunitária seja tomada como fenômeno consensual ou automaticamente horizontal. Os processos informacionais são atravessados por relações de autoridade, seleção e legitimação. Santos (2023), ao discutir o museu como dispositivo no âmbito dos regimes de informação, chama atenção para a necessidade de analisar os critérios pelos quais certas fontes são selecionadas e legitimadas para a musealização, enquanto outras permanecem fora dela.

Aplicada às Museologias Comunitárias, essa perspectiva permite perguntar quem pode falar em nome da memória coletiva, quais saberes são reconhecidos, quem participa da escolha dos objetos e narrativas, quais grupos possuem maior capacidade de decisão e como

dissensos e silêncios são administrados. A comunidade, nessa perspectiva, não constitui um sujeito homogêneo, mas uma configuração social atravessada por diferenças de geração, trajetória, posição e formas de participação.

Na Casa da Memória de Porteiras, essas questões podem ser observadas a partir de uma experiência cuja constituição está diretamente relacionada à mobilização local. A atuação do Grupo Retratores da Memória de Porteiras (REMOP), criado em 2004 por jovens estudantes, antecede a criação do museu comunitário, em 2007, e revela um processo no qual jovens do próprio município passaram a mobilizar moradores em torno da identificação e preservação de referências da memória local. Documentos, fotografias, objetos, narrativas e registros audiovisuais passaram a compor um processo de construção da memória no qual o território e seus habitantes constituem não apenas o tema da narrativa museológica, mas também fontes e participantes de sua produção.

As ações educativas, a valorização das tradições orais e produções como o documentário “A Pedra das Memórias” (2022) evidenciam diferentes formas de registro e comunicação dos conhecimentos sobre o território. Na Casa da Memória, os moradores não atuam apenas como destinatários, mas também como portadores de memórias, doadores de objetos e documentos, narradores, mediadores e participantes da definição das referências consideradas significativas.

A experiência aproxima-se, assim, das características discutidas por Britto (2025) para as Museologias Comunitárias, especialmente pela iniciativa local, pela construção de narrativas vinculadas à comunidade e pela preservação de referências territoriais.

A Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri apresenta configuração distinta. Criada em 1992, em Nova Olinda, articula memória, formação de crianças e jovens, comunicação, produção cultural, turismo e gestão cultural. Seu maior grau de institucionalização e sua rede ampliada de ações e parcerias recomendam evitar sua equiparação direta a museus comunitários de gênese associativa. Sua relevância está em evidenciar outra forma de articulação entre participação social, educação, institucionalidade e território. Nesse contexto, o protagonismo infantojuvenil também pode ser compreendido como participação nos circuitos de produção, mediação e circulação da informação.

Os Museus Orgânicos, desenvolvidos pela Fundação Casa Grande em parceria com o Sesc Ceará, ampliam essa perspectiva ao incorporar casas, oficinas e espaços cotidianos de mestres e mestras da cultura aos circuitos de memória e visitação. Nessas experiências, os

objetos podem permanecer em seus contextos de uso, aspecto que dialoga com Britto (2023) ao destacar transformações contemporâneas dos processos museais e os desafios que elas colocam ao campo da informação.

Essas experiências também evidenciam a dimensão contextual e intersubjetiva dos fenômenos informacionais e dialogam com Varine-Bohan (2008, p. 13), para quem os museus comunitários promovem "dinâmicas culturais de desenvolvimento ligadas ao patrimônio local" em territórios nos quais a comunidade assume papel protagonista. A comparação entre os dois casos reforça, portanto, a pertinência da noção de Museologias Comunitárias, no plural, ao evidenciar diferentes formas de participação, institucionalização e relação com o território.

A Casa da Memória de Porteiras permite observar um processo originado na mobilização de jovens e moradores em torno da memória local, com forte vinculação entre constituição do acervo, território e participação comunitária. A Fundação Casa Grande, por sua vez, permite examinar uma estrutura institucional mais consolidada, na qual práticas de formação, comunicação e musealização territorializada envolvem crianças, jovens, mestres da cultura, gestores e parceiros institucionais. Não se trata, portanto, de medir qual experiência seria "mais comunitária", mas de compreender diferentes regimes de participação e diferentes formas de distribuição da autoridade sobre a memória e a informação.

No plano educativo, ambas as experiências permitem aproximações com a concepção dialógica e participativa de educação museal apresentada pelo IBRAM (2018), embora assumam formas institucionais distintas. A mediação não se restringe à transmissão de conteúdos previamente definidos, mas pode criar condições para que os sujeitos interpretam, negociem e produzam significados sobre suas próprias referências culturais. Esse movimento também amplia a noção de "ato de se informar" discutida por Araújo (2013, 2014) o sujeito não figura apenas como receptor de uma mensagem museal, mas pode interferir na produção, na organização e na circulação das informações que constituem essa mensagem.

No plano educativo, ambas as experiências permitem aproximações com a concepção dialógica e participativa de educação museal apresentada pelo IBRAM (2018), embora assumam formas institucionais distintas. A mediação não se restringe à transmissão de conteúdos previamente definidos, mas pode criar condições para que os sujeitos interpretam, negociem e produzam significados sobre suas próprias referências culturais. Esse movimento também amplia a noção de "ato de se informar" discutida por Araújo (2013, 2014) o sujeito

não figura apenas como receptor de uma mensagem museal, mas pode interferir na produção, na organização e na circulação das informações que constituem essa mensagem.

É também o que Bruno, Fonseca e Neves (2008) identificam, a partir do pensamento de Waldisa Rússio, como a dimensão político-social inerente ao fazer museológico: a 'ação educativa e cultural' como forma específica de comunicação e comprometimento com a mudança social.

A análise permite identificar quatro dimensões recorrentes, ainda que assumam configurações distintas nas experiências estudadas: a participação nos processos de patrimonialização e musealização; a mediação e a formação dos sujeitos; a produção e circulação social da informação; e a distribuição da autoridade informacional, relacionada à legitimidade para selecionar, interpretar e comunicar as memórias do território.

Entre os desafios, destacam-se a sistematização das práticas participativas, a sustentabilidade institucional, a insuficiência de políticas públicas e as tensões entre formas orais e corporizadas de transmissão do patrimônio e as exigências documentais da musealização. Essas questões reforçam a pertinência do diálogo entre Museologia e CI para compreender os processos de preservação, mediação e comunicação do patrimônio comunitário.

A aproximação entre CI e Museologias Comunitárias contribui, assim, para evidenciar os processos informacionais envolvidos na construção social da memória, considerando não apenas a informação produzida e comunicada, mas também os sujeitos que participam de sua seleção, organização, interpretação e circulação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram examinadas as relações entre práticas participativas, processos educativos e construção compartilhada do conhecimento em experiências museológicas do Cariri cearense, articulando contribuições da Museologia Social, da Ciência da Informação e da educação museal.

A aproximação com a CI evidencia os museus como espaços nos quais gestões da memória e mediação da informação se articulam. Nessas experiências, informação, memória e patrimônio são produzidos, interpretados e comunicados nas relações entre sujeitos, objetos, documentos, narrativas e territórios. Essa compreensão também dialoga com Bruno, Fonseca e Neves (2008), ao recuperarem, em Waldisa Rússio, a dimensão político-social

constitutiva da prática museológica.

A Casa da Memória de Porteiras e a Fundação Casa Grande evidenciam diferentes formas de participação, mediação educativa e produção compartilhada de narrativas patrimoniais, vinculadas às relações entre território, patrimônio e comunidade.

O caráter exploratório e bibliográfico do estudo limita a generalização dos resultados. Pesquisas futuras poderão aprofundar essas questões por meio de estudos de caso e abordagens etnográficas, incorporando de forma mais sistemática as perspectivas dos próprios sujeitos envolvidos nos processos museológicos.

REFERÊNCIAS

A PEDRA das memórias. [Documentário]. Porteiras, CE: Grupo Retratores da Memória de Porteiras (REMOP); Sesc Ceará, 2022. 1 vídeo (23 min 40 s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jQMzm-sDwBs&t=21s. Acesso em: 22 out. 2026.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Museologia e Ciência da Informação: diálogos possíveis. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 2, n. 4, p. 11-27, maio/jun. 2013. Disponível em: https://doi.org/10.26512/museologia.v2i4.16362. Acesso em: 7 maio. 2026.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é Ciência da Informação? **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 01-30, jan./abr. 2014. DOI: 10.5433/1981-8920.2014v19n1p01. Disponível em: https://doi.org/10.5433/1981-8920.2014v19n1p01. Acesso em: 7 maio. 2026.

BARBOSA, Fabiana Pereira. **Os museus orgânicos da cultura na chapada do Araripe**. *In:* PATRIMÔNIO E PRÁTICAS CULTURAIS, 2. ed. Fortaleza: DINCE, 2021, p. 251-268 Disponível em: https://mapacultural.jaguaretama.ce.gov.br/files/agent/143599/cap-livro-fabiana-p-barbosa-museus-organicos-da-cultura.pdf. Acesso em: 11 maio 2026.

BRITTO, Clovis Carvalho. Os museus e o campo da informação. *In:* BRITTO, Clovis Carvalho (org.). **Os museus e o campo da informação:** processos museais, Museologia e Ciência da Informação. São Paulo: Abecin Editora, 2023. p. 9-30. Disponível em: https://portal.abecin.org.br/editora/issue/view/49. Acesso em: 22 out. 2026.

BRITTO, Clovis Carvalho. "Se a história é nossa, a memória nos pertence": desafios e contribuições do Memorial Brumadinho para as Museologias Comunitárias. **Anais do Museu Paulista**: História e Cultura Material, São Paulo, v. 33, e23, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/anaismp/a/. Acesso em: 5 nov 2026.

BRITTO, Clovis Carvalho; SANTOS JÚNIOR, Roberto Fernandes dos. Hugues de Varine, singular e plural: memórias sobre museologias comunitárias. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Ciências Humanas, Belém, v. 13, n. 2, p. 465-469, maio/ago. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981.81222018000200012. Acesso em: 22 out. 2026.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Definição de curadoria: os caminhos do enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial. *In:* JULIÃO, Letícia; BITTENCOURT, José Neves (org.). **Caderno de diretrizes museológicas 2**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, 2008. p. 14-33. Disponível em: https://www.ibermuseos.org/wp-content/uploads/2015/07/Unidad1Texto_Definicao-de-Curadoria.pdf. Acesso em: 22 out. 2026.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira; FONSECA, Andrea Mattos da; NEVES, Kátia Regina Felipini. Mudança social e desenvolvimento no pensamento da museóloga Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos. *In:* BRUNO, Maria Cristina Oliveira; NEVES, Kátia Regina Felipini (coord.). **Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento**: propostas e reflexões museológicas. São Cristóvão: Museu de Arqueologia de Xingó, 2008. p. 21-40. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/001682193. Acesso em: 22 out. 2026.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. As ondas do pensamento museológico: balanço sobre a produção brasileira. *In:* BRUNO, Maria Cristina Oliveira; NEVES, Kátia Regina Felipini (coord.). **Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento**: propostas e reflexões museológicas. São Cristóvão: Museu de Arqueologia de Xingó, 2008. p. 53-72. Disponível em: https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/pt/issue/view/37. Acesso em: 22 out. 2026.

CHAGAS, Mário de Souza. A radiosa aventura dos museus. *In:* BRUNO, Maria Cristina Oliveira; NEVES, Kátia Regina Felipini (coord.). **Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento**: propostas e reflexões museológicas. São Cristóvão: Museu de Arqueologia de Xingó, 2008. p. 41-52.

CHAGAS, Mário de Souza. Museus, memórias e movimentos sociais. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 41, n. 41, p. 5-16, 2011. Disponível em: https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/2654. Acesso em: 26 out. 2026.

CHAGAS, Mário de Souza; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 27, n. 41, p. 9–22, 2014. Disponível em: https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2592. Acesso em: 24 out. 2026.

DECLARAÇÃO DE QUEBEC: princípios de base de uma nova museologia. **Cadernos de Sociomuseologia,** Museologia e Patrimônio: documentos fundamentais. Lisboa: ULHT, v. 15, n. 15, p. 223-225, 1999. Disponível em: https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/pt/article/view/342. Acesso em: 2 jun. 2026.

FILIPE, Graça. Hugues de Varine - As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. **MIDAS**, Évora, v. 3, 2014. Disponível em: https://journals.openedition.org/midas/458. Acesso em: 26 out. 2026.

GOMES, Alexandre; VIEIRA, João Paulo. A rede cearense de museus comunitários: processos e desafios para a organização de um campo museológico autônomo. **Revista Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 28, n. 43, p. 133-148, 2014. Disponível em: https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2615. Acesso em: 11 maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília: IBRAM, 2018. Disponível em: https://cedoc.museus.gov.br/publicacoes-ibram/caderno-da-politica-nacional-de-educacao-museal/. Acesso em: 7 maio 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Carta de Nova Olinda**: documento final do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio. Nova Olinda, CE: Casa do Patrimônio da Chapada do Araripe, 2009. Disponível em: https://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta_de_nova_olinda.pdf. Acesso em: 10 set. 2026.

MESA-REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE. **Declaração de Santiago do Chile**. Santiago do Chile: ICOM, 1972. Disponível em: https://www.minom-icom.net/files/declaracao_de_santiago_do_chile_1972.pdf. Acesso em: 24 out. 2026.
MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANTOS, Ingridde Engel Alves dos. O museu como dispositivo no regime de informação contemporâneo. *In*: BRITTO, Clovis Carvalho (org.). **Os museus e o campo da informação**: processos museais, Museologia e Ciência da Informação. São Paulo: Abecin Editora, 2023. p. 155-172.

SOUZA, Otilia Aparecida Silva. **O Cariri e os processos de valorização da sua cultura popular.** 2015. Tese (Doutorado em Artes) - Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/108107449/O_Cariri_e_os_processos_de_valoriza%C3%A7%C3%A3o_da_sua_cultura_popular. Acesso em: 10 maio 2026.

VARINE-BOHAN, Hugues de. Museus e desenvolvimento social: um balanço crítico. *In:* BRUNO, Maria Cristina Oliveira; NEVES, Kátia Regina Felipini (coord.). **Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento**: propostas e reflexões museológicas. São Cristóvão: Museu de Arqueologia de Xingó, 2008. p. 11-20.